



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1566130 - PR (2019/0243178-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : DE LUCCA EMPREENDIMENTOS LTDA
AGRAVANTE : GIOVANNI ANTONIO DE LUCA
ADVOGADOS : GIOVANNI ANTÔNIO DE LUCA - PR048269
DANUSA FELIZ DE LUCA - PR040212
WANESSA MENDES DA SILVA MONTEIRO RODRIGUES - PR061387
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : RICARDO LOPES GODOY - MG077167
MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - PR077458
LILLIAN CAROLINE SOARES ARAÚJO E OUTRO(S) - PR072705

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. CPC/15.

1. É intempestivo o agravo em recurso especial que é interposto fora do prazo recursal de quinze dias úteis.
2. Agravo em recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por DE LUCCA EMPREENDIMENTOS LTDA E OUTRO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

O agravo em recurso especial interposto é inadmissível por ser intempestivo. A decisão prolatada pelo TJ/PR que não admitiu o recurso especial foi publicada em 03/06/2019 (e-STJ, fls. 456/457), segunda-feira. Exauriu-se, pois, o prazo legal para a interposição do agravo em recurso especial em 24/06/2019, segunda-feira. No entanto, a petição do recuso foi protocolizada em 26/06/2019, quarta-feira (e-STJ, fl. 534), ou seja, fora do prazo legal de 15 dias úteis.

Na hipótese dos autos, o agravo em recurso especial foi manejado em face de decisão publicado em 03/06/2019, quando já em vigor o novo Diploma Processual Civil.

Desse modo, nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior. Nesse sentido: AgInt no AREsp 957.821/MS (Corte Especial, DJe 19/12/2017).

Veja-se que o dia de *Corpus Christi* não é feriado forense, previsto em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essa data seja feriado local deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso (AgInt no AREsp 1.167.193/GO, 3ª Turma, DJe 13/04/2018; AgInt no AREsp 1.175.342/SP, 4ª Turma, DJe 02/05/2018).

Por derradeiro, necessário salientar que a possibilidade de comprovação posterior de feriado local ocorrerá - apenas - nas situações referentes à "segunda-feira de carnaval" (não sendo essa a hipótese dos autos) e desde que o recurso tenha sido interposto antes da publicação do REsp 1.813.684/SP (Corte Especial), a qual ocorreu em 18/11/2019. Nesse sentido: QO no REsp 1.813.684/SP, Corte Especial, DJe 28/02/2020.

Dessa forma, em razão da ausência de comprovação da suspensão prazo processual, a intempestividade do agravo em recurso especial há de ser reconhecida.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente (e-STJ fls. 195/196) em R\$500.00 (quinhentos reais).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora